

**Memória da Reunião Ordinária do CIAMP Rua/PR – 11/06/2019**

1  
2 No décimo primeiro dia do mês de junho de dois mil e dezenove, às 13h45 min., no Palácio das  
3 Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião Ordinária do  
4 Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua  
5 no Estado do Paraná – CIAMP Rua/PR. Fizeram-se presentes nesta reunião, conforme convocação  
6 prévia: **Representantes Governamentais Titulares:** Dulce Maria Darolt (Secretaria de Estado de  
7 Justiça, Família e Trabalho – SEJUF), Patricia Cavichiolo Tortato (SEJUF/CPSE), Eliana de Fátima  
8 (SEED) . **Representantes Governamentais Suplentes:** Márcia Burgos (SEJUF/DDM), Marisa Costa  
9 (SESA/DC). **Representantes da Sociedade Civil Titulares:** Jaqueline Maele Rabelo (Casa da Acolhida  
10 São José), Leandro Madureira Cavali (Pastoral do Povo de Rua). **Representantes da Sociedade Civil**  
11 **– Suplentes:** Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo (Instituto Nacional de Direitos Humanos da  
12 População em Situação de Rua – Inrua), Carlos Umberto Santos ( Movimento Nacional da População  
13 em Situação de Rua), Antônia Maria Mochi Maia (pastoral do Povo da Rua). **Convidados (as) e**  
14 **Colaboradores (as):** Keity F.da Cruz (MPPR), Denise Lisboa de Almeida (COHAPAR). **Visitantes:**  
15 **Andersosn Cristian Walter (FAS/CPOPR), Simone Alibosek (FAS/CPOPR), Alzeni Maria Dias (Centro**  
16 **Pop Fazenda Rio Grande), Índia Mara de Oliveira (Centro Pop Fazenda Rio Grande), Grace Puchetti**  
17 **(SMDS/DPSD), Bruno Costa Schweder (COHAPAR), (ALEP-PR).**  
18 **1. Abertura:** Cumprimentando a todos os presentes, Dulce Maria Darolt deu início à Reunião, agradecendo a presença de todos, especialmente  
19 aos novos membros do CIAMP, o representante do Deputado Evandro Ramos, Assessor Rogério Tarah  
20 Marçal Xalita, bem como o Representante da Presidência da COHAPAR, Senhor Bruno Costa  
21 Schweder, e a nova representante do Departamento da Mulher/SEJUF Senhora Marcia Burgos. **2.**  
22 **Aprovação da Pauta:** Com a troca do ponto cinco, para ponto quatro, a pauta foi aprovada **3.**  
23 **Aprovação da Memória de Maio e a Memória da Reunião Extraordinária de 16-04:** As 02 (duas)  
24 memórias foram aprovadas. **4. Debate/Discussão sobre Moradia/Habitação:** **Palestrante: Tomás**  
25 **Melo. Dulce** começa com preâmbulo sobre o tema moradia e habitação, informando que o Comitê com  
26 seus membros têm observado que este tema é um ponto nevrálgico para as pessoas em situação de rua.  
27 Que já existem algumas modalidades de Acolhimento para estas pessoas, pela Assistência Social e  
28 também pelas Políticas sobre drogas. Mas o que está posto, não tem dado real solução para a saída das  
29 ruas. No Paraná foi formado um grupo de pessoas e profissionais, junto com o Ministério Público de  
30 Habitação, onde foi criado um Projeto identificado como “Moradia Primeiro” ou Housing First, estudando  
31 exemplos que já deram certo em outros países. Aqui no CIAMP Rua Estadual já tivemos a apresentação  
32 e ampla discussão em 2018, quando vieram os representantes do MP de Habitação, a COHAPAR e o  
33 Tomás, os quais nos possibilitaram ter ciência sobre o Projeto Moradia Primeiro. Como o Plano de  
34 Trabalho de 2019 do CIAMP prevê que estejamos criando uma Nota Técnica sobre o assunto “moradia –  
35 habitação”, para relembrar melhor e esclarecer alguns pontos, foi decidido realizar esta pauta sobre o



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua

36 assunto. E para isso, nada melhor que a Presença do **Tomás** (que é doutor no assunto) e da COHAPAR  
37 para podermos desenvolver esta conversa e aprendizado. Chamamos então nosso palestrante, o Senhor  
38 **Tomás**, para que tome a palavra. Tomás começou dizendo que no Comitê ele se sente em casa, pois é  
39 também membro do mesmo. Pede desculpas pela sua voz rouca, pois está com um problema  
40 respiratório. Diz que é um prazer estar no CIAMP, que a última gestão trabalhou firme no ano de 2018  
41 sobre o assunto, e demonstra que o interesse e afinho continua, por isso a pauta de hoje. Que o CIAMP  
42 do Estado do Paraná está em Consonância com o CIAMP Nacional, que também tem trabalhado em  
43 suas pautas sobre o assunto moradia/habitação. Vou tentar esclarecer alguns pontos que anteriormente  
44 geraram alguma confusão. Voltando alguns anos atrás, há uns 10 anos a política foi assinada em 2009, a  
45 política foi pensada e articulada, e na continuidade como foi aplicada, começaram a ser vistos os  
46 desafios, as dificuldades de incluir a população em situação de rua em todos os programas estruturais de  
47 cidadania. O motivo destas dificuldades é a questão de falta de moradia para estas pessoas. Bem como  
48 não ter o levantamento censitário nacional, para saber a quantificação de pessoas fora de domicílio,  
49 sendo que o IBGE se defende dizendo que não é possível realizar este levantamento, por falta de  
50 tecnologia adequada, e porque a vocação do IBGE é fazer levantamento de domiciliados. Hoje em dia o  
51 IBGE, através de Liminar Judicial, está obrigado a pensar em como vai fazer para realizar este  
52 levantamento, para isso se propôs criar internamente, um grupo de estudos, pensando criar e  
53 desenvolver método para o Censo da população em situação de rua. A inclusão da população de rua nos  
54 programas sociais, no atendimento à saúde, depende muitas vezes deste levantamento, quanto mais a  
55 previsão de moradia, seja por qual modalidade for escolhida para ser implantada. Segundo Cristina  
56 Gomes – da Pastoral do Povo da Rua – em debate com o IBGE, quando este diz que fazer o  
57 levantamento censitário deste segmento seria um projeto milionário, ela então rebate argumentando que  
58 talvez custasse mais barato domiciliar todos eles, ao invés, de fazer o levantamento. Houve uma  
59 pesquisa piloto no Rio de Janeiro, onde o IBGE se pronunciou dizendo que seria praticamente impossível  
60 replicar aquela pesquisa no Brasil inteiro, pelo altíssimo custo, por serem pessoas sem domicílio, isto é,  
61 sem endereço fixo. Nem se tem quantificado qual a quantidade de recurso que se teria que ter disponível  
62 para fazer este levantamento. Essas coisas foram surgindo, e métodos foram sendo alterados para incluir  
63 estas pessoas em situação de rua, para que a assistência social também pudesse cadastrar esta  
64 população nos programas sociais, bem como o SUS para inseri-los nos programas de saúde. Foram  
65 sendo criados os Centros POP no Brasil inteiro, os Consultórios na Rua no Brasil todo, inclusão dessas  
66 pessoas no atendimento do SUS, os Acolhimentos, Abordagens e formas de possíveis  
67 encaminhamentos, inclusão no Disque 100, para a reintegração na sociedade. Tudo isso foi sendo feito, e  
68 a moradia foi ficando para trás. No meio disso tudo, o CIAMP Nacional fez uma Comissão que foi para o  
69 mundo todo em busca de outras experiências. Foram para Veneza, albergues dentro rio, de navios, em

Casa Rosada

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1251

Fone: (41) 3221-7960 / 3221-7961 – CEP [80050-540](https://www.google.com/maps/place/80050-540) – Curitiba/PR

70 alguns outros locais a moradia primeiro. Houve um esforço interno no Brasil, para incluir esta população  
71 dentro Programa Minha Casa Minha Vida, inclusive em Curitiba, com debates com a FAS e outros. E hoje  
72 vamos conversar um pouco sobre tudo isso, também sobre Bolsa Aluguel, aluguel social, e sobre o uso  
73 de Parques Públicos Habitacionais. Este Projeto de Moradia Primeiro é um pouco de tudo isso. E esta é  
74 uma Bandeira Prioritária do MNPR. Aconteceu neste mês de junho, um Seminário em Cascavel,  
75 especificamente para discutir esta Política, e que chamou atenção de vários municípios no entorno, que  
76 foram participar do evento, onde este assunto foi bastante debatido, e parece que a maioria pensa assim:  
77 eles não estão preparados para ter uma moradia. Então vamos conversar e pensar sobre estas questões.  
78 A gente naturalizou a população em situação de rua e os identificou desta forma: *considera-se população*  
79 *em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos*  
80 *familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os*  
81 *logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou*  
82 *permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória –*  
83 conforme foi identificado no Decreto Federal nº7053/2009, no seu Parágrafo Único do Artigo primeiro. Toda pessoa  
84 que está na rua e ali permanece é considerada população em situação de rua. Em síntese, toda pessoa  
85 que não está em alguma moradia, é identificada pessoa em situação de rua. O que distingue os que não  
86 estão na rua e os que estão, é a falta de moradia permanente. São pessoas que de alguma forma, por  
87 algum motivo, perderam a condição de ter sua moradia. O modelo etapista da política parte do princípio  
88 que estas pessoas não sabem viver em moradia fixa, que precisam ser ressocializadas, por isso devem  
89 seguir por etapas, e triagens, através da abordagem técnica, e encaminhadas para algum acolhimento  
90 institucional provisório, com suas regras, normas e disciplinas. A pessoa tem então um espaço de  
91 pernoite, em algum acolhimento institucional, e na medida da pessoa em se adaptar à rotina institucional,  
92 passariam para outra modalidade, e seriam encaminhadas para República; sendo superadas as  
93 dificuldades desta etapa, passariam para outra, que seria um Aluguel Social ou Bolsa Moradia, por tempo  
94 determinado. Teriam que passar por todas essas etapas, para depois talvez, conseguir à sua própria  
95 moradia, resultado de seu próprio trabalho e esforço, coisa que muitos não conseguem, por que não tem  
96 uma política pública apropriada para este tipo de público para esta nova etapa. Quando o sujeito é  
97 acolhido, e começa a trabalhar, mas está em acolhimento que muitas vezes não tem garantido o pernoite  
98 seguinte, a pessoa talvez não consiga fazer sua própria higiene, indo para o trabalho as vezes sujo, daí  
99 pensam que ele recaiu, e pode ser que tenha recaído mesmo, ficando difícil manter o emprego nestas  
100 condições de rua. O que foi percebido pelo Cadastro Único que 62% estão nas ruas, utilizando os  
101 Equipamentos a mais de 10 anos; outros a mais de 5 anos. Temos que pensar então sobre a validade  
102 desses serviços ofertados, que deveriam ser pontuais, mas estão sendo utilizados de forma prolongada,  
103 por que as pessoas não conseguem superar a sua própria situação de rua. Nota-se que as pessoas em  
104 situação de rua, não conseguem normalmente passar dos 50 anos. O perfil desta população vem  
105 modificando. Elas vão envelhecendo, adquirindo doenças mentais, perdendo suas autonomias. E não se



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua

106 sabe o que fazer com essas pessoas com 50 anos, demenciadas, sem vínculos familiares. Elas se  
107 defecam, não conseguem fazer sua própria higiene, não tem mais autonomia, e isso pode ser por toda  
108 sua vida, de forma perpétua, precisando de auxílio permanente. Alguns têm problemas de agressividade,  
109 e não são aceitas em Casas de Repouso. E o número de pessoas nestas circunstâncias está crescendo.  
110 Quando as pessoas desenvolvem essas doenças em convívio familiar, as famílias normalmente se  
111 reorganizam para atender esta pessoa, com paciência e amor. Mas quando acontece na rua, essas  
112 pessoas não tem onde serem atendidas. E os profissionais que atendem nos acolhimentos, não estão ali  
113 para atender este tipo de público comprometido com demências, pois não foram contratados e  
114 capacitados para isso. E acontece que não queremos, ninguém quer, a volta dos manicômios. Então tem  
115 alguns espaços que deveriam ser para pessoas em situação de rua, onde estão estas pessoas, onde tem  
116 Seguranças e Educadores, que não foram capacitadas para essa situação. Então estas pessoas vivem  
117 em comunidade, não podemos dizer que elas vivem fora da sociedade, mas precisam ser cuidadas para  
118 sempre. Essas pessoas estão se reproduzindo e acumulando nas ruas. Então precisamos atuar de forma  
119 preventiva. Isso é um problema que a gente não tem encarado. Números do IPEA 101.854 mil pessoas  
120 em situação de rua no Brasil, sabemos que está sub-notificado e desatualizado. 13 milhões de pessoas  
121 desempregadas. Cinquenta milhões que vivem na linha da pobreza e até miséria, mas ainda estão  
122 domiciliadas. Vinte e três milhões no Brasil tem problemas de saúde mental, de algum tipo de transtorno;  
123 cinco milhões, de moderada a grave, e não estão em situação de rua. Levantamento Nacional de Álcool e  
124 Drogas, que fazem uso de substâncias psicoativas severa e grave, 800.000 mil no uso de crack no período  
125 de doze meses, também não são de pessoas em situação de rua, pois a pesquisa foi feita em  
126 domiciliados. A maioria das pessoas desempregadas estão ainda domiciliadas. A maioria das pessoas  
127 que tem doenças mentais vivem em seus domicílios; a maioria das pessoas que fazem uso de  
128 substâncias psicoativas também vivem em domicílio. Outra pesquisa da Fiocruz em cena pública de uso  
129 de substâncias psicoativa, e levantaram que apenas 47,28% eram pessoas em situação de rua, outras  
130 estavam ali somente para fazer o uso e depois voltavam para suas casas, isso nas capitais. No interior  
131 diminui mais ainda, 20% das pessoas que utilizam são pessoas em situação de rua, as outras voltam  
132 para suas casas. Então a situação de rua diretamente ligada ao uso de substâncias psicoativas não se  
133 confere. levantaram que a situação de rua não acontece por um único motivo; são 'N' motivos que levam  
134 à situação de rua. Todos tem uma opinião. É um arranjo limítrofe, uma junção de situações que levam  
135 algumas pessoas para as ruas. **Walter** fala que os problemas sociais dos domiciliados são menos  
136 visíveis, mas as situações das pessoas que estão nas ruas se tornam bem visíveis. Tomás concorda que  
137 chamam muita atenção e também por isso que o censo muitas vezes não é realizado para não  
138 demonstrar os reais números de pessoas que estão em situação de rua. **Carlos** Umberto fala que sem o  
139 censo, é difícil desenvolver política pública e que seria muito mais fácil criar políticas públicas se tivesse

Casa Rosada

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1251

Fone: (41) 3221-7960 / 3221-7961 – CEP [80050-540](mailto:80050-540) – Curitiba/PR

140 um levantamento real. **Tomás** também concorda. Curitiba de 1.800.000 pessoas, de habitantes, com  
141 números de 1.000 a 5.000 pessoas em situação de rua, não sendo possível precisar, por falta de censo  
142 oficial atualizado. Por enquanto as políticas existentes somente mantém o que já existe, sem acréscimo  
143 de rede. E essa Rede de atendimento serve para quê, se não for para a superação da situação de rua? O  
144 que estamos propondo é uma nova modalidade, vai além dos arranjos já existentes, mesmo dentro do  
145 programa minha casa minha vida. Não se trata da capacidade de comprar, mas do direito de morar.  
146 Mesmo porque os critérios do “minha casa minha vida” também são excludentes para este tipo de  
147 pessoas. Por conta disso, a possibilidade destas pessoas serem sorteadas é muito irrisória e assim foi no  
148 Brasil inteiro com 56 casas. Em Curitiba somente cinco pessoas foram sorteadas, foram cinco  
149 apartamentos. Em geral, todos os arranjos das políticas públicas de moradia, estão em geral, voltadas  
150 para aqueles que já estão domiciliados. Não é um programa de moradia para quem não a tem, é um  
151 direito de propriedade e não um direito de morar. O direito de morar está aquém da capacidade de  
152 comprar. Em algumas cidades já tem o Aluguel Social ou Bolsa Moradia. Em Belo Horizonte foram 290  
153 pessoas que receberam o Aluguel Social de R\$500,00, várias pessoas foram contempladas, entre elas  
154 pessoas em situação de rua; Em Fortaleza foram 33 pessoas atendidas com R\$420,00. Patricia comenta,  
155 perguntando se tem critérios para a seleção para receber o Bolsa Moradia: Tomás explica que foram  
156 eleitos quem já estava utilizando o Serviço de República, dentro da ideia etapista. Porque o sujeito tem  
157 que estar em um estágio já de autonomização. Era um programa de transferência de renda, com  
158 acompanhamento socioassistencial. Em Curitiba já tem a Lei que está permitindo o Aluguel social mas  
159 que não está regulamentada. **Keyte** informa que a própria Lei já regulamenta, o que falta é estabelecer  
160 como deverá funcionar. Tomás informa, que até o presente momento não foi alocado recurso financeiro  
161 pelo executivo da Prefeitura de Curitiba, para cumprir esta Lei, por isso não foi colocada em prática.  
162 **Dulce** toma a palavra, convidando os representantes da Assembleia Legislativa e do gabinete da  
163 presidência da COHAPAR, a se integrarem na conversa, para pensarmos juntos e talvez abrir um  
164 caminho pioneiro no Estado do Paraná. Pois o Estado não precisa esperar obrigatoriamente que venha  
165 alguma Legislação Nacional para criar uma modalidade de moradia social, onde seriam beneficiadas as  
166 pessoas em situação de rua, dando possibilidade real para a saída das ruas. **Tomás** reflete que o Estado  
167 que tomar esta iniciativa, terá o privilégio de ser conhecido pela dianteira da situação, dando notoriedade  
168 aos integrantes que lutaram pela causa, quer sejam deputados ou presidentes de órgãos. **Greice** informa  
169 que na SMDS em parceria com a FAS, desenvolvem o Projeto Morada Nova, para ajudar na redução de  
170 danos e processo de abstinência para os atendidos, onde eles ficam morando por todo o período que  
171 estão sendo assistidos; Muitas vezes não conseguem encaminhar para atendimento nos CAPS, e sem  
172 isso, não conseguem inseri-los no Projeto Morada Nova. É um processo extremamente trabalhoso e  
173 longo, com um olhar diferenciado e individualizado, pois cada um tem uma história muito pessoal; como  
174 este atendimento é cíclico, pois acontecem recaídas, precisam de apoio de toda a rede. **Tomás** retoma a



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua

175 questão e explica para a técnica, o que já havia explicado para o Comitê antes da chegada da mesma,  
176 que o Projeto Moradia Primeiro, vai contra esta ideia etapista, pois a ideia é colocar a pessoa em uma  
177 moradia, e então atender a pessoa, de forma multiprofissional, visando ajudar na redução de danos em  
178 busca da abstinência, para a independência financeira e pessoal do atendido. **Greice** reforça que o  
179 Moradas vai continuar, pois estavam correndo risco de terem que fechar o atendimento por falta do  
180 recurso Federal, mas fizeram uma parceria com a FAS e estão continuando o atendimento. Greice  
181 continua explicando, que no Morada Nova eles visam a vida, que a pessoa esteja sendo recepcionado e  
182 atendida por uma equipe preparada e qualificada, provendo este tratamento sendo acolhido como um ser  
183 humano integral. **Carlos** comenta que é muito importante e até primordial para o tratamento ser eficaz,  
184 que a pessoa tenha para onde voltar efetivamente todos os dias. **Tomás** reflete que a experiência prática  
185 muitas vezes torna o profissional um pouco duro, para cuidar por exemplo o Morada, que atendem 50  
186 pessoas num local só. E isso é muito pesado para os profissionais. Todavia o Modelo Moradia Primeiro  
187 vem para dar mais um passo, criar processos melhores, dando um novo passo no caminho para a real  
188 saída das ruas e a real possibilidade de reinserção na sociedade, na medida do possível e das  
189 impossibilidade e possibilidades de cada pessoa (pois cada um trás em si sua própria realidade vivida).  
190 **Greice** informa que no dia 24/06, realizarão evento de abertura da Semana Municipal de Prevenção ao  
191 Uso de Drogas, no Salão de Atos do Parque Barigui. **Walter** argumenta que na assistência social muitas  
192 vezes ficam presos nestas questões de meritocracia, pois entende-se que a assistência deve ser de  
193 atendimento provisória, para avançar em outras políticas, trabalho, educação, habitação, mas cada  
194 política tem suas falhas e suas fragilidades, com isso pesando sobre a assistência social, por  
195 profissionais ficarem mais de 10 anos cuidado daquele cidadão. **Tomás** diz que não é por acaso que a  
196 população de rua caiu nos cuidados da assistência social no Brasil inteiro. Por que existem pressupostos  
197 legais que preveem este atendimento. Pergunta se alguém sabe quanto tem no Fundo Estadual de  
198 Interesse Social, que estes dias quiseram extinguir? **Denise** informa que, pelo que sabe, está zerado.  
199 **Tomás** diz que do Estado ele não sabe, mas do município de Curitiba está zerado. Com isso os mais  
200 desfavorecidos vão tendo menos acesso à cidade, vão sendo periferizados. **Denise** comenta que  
201 enquanto o sujeito, para ter moradia, está vinculado ao direito de propriedade, e nenhuma alternativa  
202 social, esta situação continuará. **Tomás** argumenta que existem várias formas de viabilizar moradias  
203 sociais, por exemplo, poderão ser utilizados parques públicos e privados vazios, existentes pelo Brasil  
204 afora. Alguns ficam 5, 10 anos fechados, sendo degradados, virando mocós. Poderiam passar por  
205 reforma, sendo transformados em domicílios, e abrigar pessoas em alta vulnerabilidade e baixíssima  
206 renda ou nada, transformando o local em área útil e habitável. Porque se o poder público pensar só em  
207 periferizar, terá que levar toda a infraestrutura ao local, custando caro, muitas vezes mais do que reformar  
208 e utilizar os parques públicos ou privados fechados e ou abandonados, muitas vezes em longas

Casa Rosada

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1251

Fone: (41) 3221-7960 / 3221-7961 – CEP [80050-540 – Curitiba/PR](http://www.curitiba.pr.gov.br)

209 demandas judiciais. Sem contar, que em locais da periferia, muitas vezes não tem nem Creche, farmácia,  
210 Posto de Saúde, escolas. E colocar as pessoas mais próximas destas infraestruturas, mais econômico  
211 fica para o município. A bolsa Moradia por exemplo, passado para o morador de rua, este vai ter que  
212 competir no Mercado Privado de Moradia, muitas vezes tendo que pagar também o condomínio. É  
213 dinheiro público indo para o setor privado. **Walter** informa que a Prefeitura de Curitiba já teve um Projeto  
214 de Moradia Ofício, onde a família morava no segundo andar e no térreo, a família tinha o seu comércio,  
215 que era uma boa possibilidade de integrar a moradia e renda. Perguntam se já tem algum Estado que  
216 tem a locação social, **Tomás** informa que São Paulo tem. **Tomás** comenta que a pouco tempo  
217 descobriram no interior do Paraná um município que pratica um bom aluguel social, só não lembra qual é.  
218 Outro ponto, além dos locais públicos, a prefeitura também pode fazer contrato com a área particular,  
219 empresários, e adequar para esta modalidade de moradia social. A ideia Moradia Primeiro foi iniciada  
220 através de uma mulher, nos Estados Unidos nos anos 90, que criou uma pirâmide sobre os atendidos em  
221 uma instituição, e verificou que alguns vinham e iam, e outros iam ficando, não conseguindo resolver sua  
222 própria vida, não conseguindo superar a situação de rua sozinhos. Daí começou a desenvolver moradia  
223 para estes que permaneciam. Mais tarde um psiquiatra começou a desenvolver também uma experiência  
224 de Housing First, alguns permanecem e outros não; mas na sequência, se entrar novamente, ele tende a  
225 permanecer. **Dulce** pergunta se a pessoa que é colocada nesse tipo de moradia, deveria assinar um  
226 documento, assumindo algumas normas, ou seria acompanhado para seguir tais e tais orientações, para  
227 poder morar neste local? Se nos outros países onde foi implantado, como se dá? **Tomas** diz que a  
228 Moradia Primeiro é um Direito, a pessoa não tem que estar em nenhum estágio da vida para poder morar.  
229 O cara em situação de rua fica dramaticamente comprometida, para seguir qualquer tipo de tratamento  
230 de saúde, por exemplo. Parte da premissa que a moradia é um direito, e um direito meio. Todas as outras  
231 coisas são acessíveis através de estar em uma moradia: 1. a ideia à moradia deve ser imediato, sem  
232 condicionalidades anteriores; 2. na sequência o indivíduo aponta para onde deve seguir, o que é mais  
233 importante para ele (recuperação, emprego, outros...?); 3. os relatórios sobre o moradia primeiro, indicam  
234 a importância de ajudar o sujeito a conectar-se com a comunidade; **Carlos** informa que ele não acha que  
235 os vínculos com a rua devam ser quebrados; **Simone** diz que a Praça é de todos e deve ser usufruída  
236 por todos; **Dulce** diz que independente da fé de cada um, as igrejas dão um grande suporte social afetivo  
237 para as pessoas, conectando-os uns com os outros, e poderão talvez fazer as visitas a estes indivíduos,  
238 inserindo-os em novos grupos; **Tomás** concorda e acrescenta, que também pode ser com prática  
239 esportiva e outras atividades que agradem aquele cidadão; Carlos e a Antônia concordam que os  
240 vínculos criados com os grupos de apoio das igrejas e da sociedade civil são muito importantes. Tomás  
241 diz que a dependência funcional, é diretamente ligada à não ter outra **atividade compensadora**, que o  
242 faria fazer opção por esta ou por aquela, achando um novo sentido de vida com esta nova capacidade  
243 social. Um exemplo de Alberta no Canadá (Estado), que fizeram um Plano de 10 (anos) para superar a

244 situação de rua, começando com custo 100 mil dólares por ano por pessoa e depois passando para 35  
245 mil dólares; Outro é em Helsinki, expandida para a Finlândia como um todo, e lá estão quase erradicando  
246 a população em situação de rua. Fizeram um levantamento sobre quanto tempo a pessoa ficava nas  
247 ruas, até conseguir retirar esta pessoa das ruas. Construíram toda uma rede, tanto de prevenção para  
248 não chegar ir para as ruas, como para construir uma rede de moradia e atendimentos para estes que já  
249 estão nas ruas. Denise fala sobre as cotas de interesse social. **Dulce, Walter, Simone e Patrícia,**  
250 refletem sobre o Relatório da CPSE, que demonstrou alguns municípios devolvendo dinheiro público  
251 Estadual, porque não querem criar a Rede de atendimento para este segmento. Comentam que aqui no  
252 Brasil, estamos vendo alguns municípios rejeitarem o envio financeiro do Estado, cuja finalidade é  
253 destinado para abordagem e Acolhimento das pessoas em situação de rua, alegando que o município  
254 vizinho é maior e pode atendê-los. Delegam suas próprias responsabilidades para o município vizinho.  
255 **Tomás** comenta que foram a pouco tempo para um Seminário em Cascavel, onde conheceram dois  
256 espaços de moradias. **Dulce** relata que conheceu uma destas unidades onde pessoas que saíram da  
257 situação de rua e ali moravam, em espaços compartilhados ou não; separados por famílias, ou  
258 afinidades. **Tomás** comenta que é um bom exemplo de moradia para pessoas com alguma dependência  
259 mental, pois tem uma equipe no local, que os acompanham diuturnamente. Os Prefeitos podem criar o  
260 Programa de Moradia, em prédios, com reforma de adequação, onde deverão adequar para moradias  
261 individuais ou por família. **Dulce** comenta que no Conselho Estadual da Assistência Social já houve  
262 diálogos sobre a intersectorialidade e estão avançando no pensamento que existem situações em que  
263 deverão ser pensadas além das Tipificações da assistência Social, outrossim, de forma Intersectorial, onde  
264 outros atores deverão se envolver, pois estas pessoas devem ser atendidas por diversos órgãos e não  
265 somente pela assistência social. E as pessoas em situação de rua são um exemplo disso. **Rogério -**  
266 **ALEP** comenta a lei de cotas e outros possíveis programas para moradia para as pessoas em situação de  
267 rua, os prefeitos têm autonomia para realizar. **Bruno - COHAPAR** reflete que as Secretarias e seus  
268 gestores, deveriam sentar e pensar de forma intersectorial, além das fatias que estão previstas, o que  
269 poderia ser disponibilizada de recurso para esta faixa da população, sem afetar as outras políticas em  
270 andamento. **Antônia** comenta que o INRUA já tem um Projeto sobre Moradia/Habitação, o qual pode ser  
271 apresentado aos gestores estaduais e municipais. Tomás diz que este Projeto já foi apresentado em  
272 diversos lugares e autoridades, e até agora nada foi feito. **Dulce** concorda com a ALEP não pode fazer  
273 Projeto que gere despesa para o executivo. **Rogério - ALEP** sugere que o Comitê consiga conversar  
274 diretamente com o Presidente da ALEP, ele comprando a ideia, tudo vai ser mais fácil. **Tomás** reflete que  
275 jeito de resolver tem, basta que o gestor compre a ideia, e faça previsão orçamentária, e implante no seu  
276 município ou no Estado. **Bruno - COHAPAR** comenta sobre a importância do gestor conhecer a  
277 necessidade e a possível vantagem de sair na dianteira, conforme refletiu o Tomás, de repente pode dar



278 certo, mas corre o risco de ser interrompido na próxima gestão política. Tomás reflete que é melhor ter  
279 alguma coisa do que nada, pois até agora nada concreto foi feito relacionado ao Projeto, pelo Poder  
280 Público. Dulce comenta, que após toda excelente discussão realizada, com tantos esclarecimentos feitos  
281 pelo Palestrante, o Comitê fica mais apto para criar a Nota Técnica pensada no Plano de Trabalho 2019 e  
282 outros possíveis encaminhamentos que o Comitê decidir. **Tomás** finaliza sua fala, agradecendo o convite  
283 a oportunidade, complementando que a Cúria Diocesana de Curitiba, junto com o INRUA e a sociedade  
284 civil estão implementando um pequeno Projeto para 5 pessoas, estão partindo para a segunda. Em  
285 primeira mão está informando que eles já estão atendendo a primeira pessoa. Também receberam uma  
286 carta do Governo Federal, do Ministério da Família, querendo esclarecimento sobre este Projeto de  
287 Moradia/Habitação social Piloto que está acontecendo aqui no Paraná. Estão tentando diálogo com os  
288 gestores. Marcaram com Tiago Ferro, da FAS, para a próxima semana. O Comitê Nacional tem se  
289 mobilizado também sobre o assunto. O Vice Governador do Paraná, quando em campanha, assinou a  
290 Carta de Propósitos, apresentada pelo MNPR, onde uma das solicitações é a moradia. Encerrando a  
291 palestra do Tomás, **Dulce** agradeceu o mesmo e passaram para as questões de ordem. Os  
292 representantes das diversas entidades pediram licença, precisando se ausentar pelo adiantado da hora,  
293 aos quais foi agradecido pela presença. **5. Análise para aprovação da Nota Técnica sobre o Assunto**  
294 **População em Situação de Rua:** Pelo adiantado da hora, foi transferida a análise do documento para a  
295 reunião de agosto. **6. Informações da Gestão:** 1. Dulce propõe realizar a Reunião Ampliada 2019 do  
296 CIAMP Rua/PR, com outros municípios, no dia 10/07, sobre o assunto “Censo da População em Situação  
297 de Rua”, quando será convidado como palestrante, o Professor Doutor Marco Antônio da Rocha, de  
298 Londrina, que falará sobre o método e compilação dos dados do censo daquele município. A mesma  
299 reunião será também em lembrança do Dia Nacional da Luta contra a violência que sofre a população em  
300 situação de rua (19 de agosto) a referida - APROVADO. 2. Situação do Centro POP da Fazenda Rio  
301 Grande, agendada visita do Escritório Regional da SEDS com mais a técnica da CPSE; do Comitê irão  
302 Patrícia (gov) e Vanessa (Soc. Civil). 3. Na Reunião do CIAMP Rua de Curitiba, representando o Comitê  
303 Estadual, Leandro e Jaqueline (soc. civil). **7. Encerramento** – nada mais tendo a tratar, Dulce agradeceu  
304 a presença de todos, sendo esta Memória transcrita pela mesma.  
305